

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

APADRINHAMENTO DA POPULAÇÃO LIVRE NA ANTIGA VILA DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAÍ NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO

Jessica Suzano Luzes*

Introdução

Esta comunicação se propõe a mostrar uma das atividades do Programa de Educação Tutorial (PET – HISTÓRIA/2008) intitulado “Práticas e História: Dos arquivos para a sala de aula”, este projeto tem como objetivo a elaboração de materiais didáticos com enfoque na história local da região da Baixada Iguaçuaana.

Pretendemos apresentar o estudo, em fase inicial, sobre o apadrinhamento da população livre da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí. Destacaremos a importância da Antiga Vila de Itaguaí nos século XIX, a natureza das fontes que estão sendo fotodigitalizadas pelo PET-História-UFRuralRJ, em especial, os registros de batismo. Destacaremos o significado do batismo para sociedades católicas, em especial, a importância dos padrinhos para as estratégias sociais. Por último, como a historiografia tem analisado a população livre na sociedade escravocrata.

O programa de educação tutorial (pet)

O projeto “*Práticas e História: Dos arquivos para a sala de aula*” é financiado pelo programa de educação tutorial, patrocinado pelo governo federal, destinados aos cursos de graduação de todo o Brasil. O objetivo principal deste é a melhoria da formação acadêmica através do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com alunos orientados por um tutor. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) o pet em história está sendo desenvolvido desde setembro de 2007, sob a orientação da professora

* Aluna de graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Departamento de letras e Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Integrante do Programa de Educação Tutorial. E-mail: jessicasuzano@yahoo.com.br

Margareth de Almeida Gonçalves, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais desta instituição.

Neste primeiro ano de pet-história construiu-se um laboratório de acervo, no qual realizamos a higienização, catalogação e foto digitalização dos registros eclesiásticos, arquivados na Cúria de Itaguaí, Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Concomitante a esta atividade, são realizadas leituras sobre a escravidão no Brasil, destacando sobre escravidão e ensino de história. Em relação a este último são realizadas discussões sobre os materiais didáticos utilizados em escolas ao redor da UFRuralRJ, destinados tanto ao público de ensino fundamental quanto médio, verificando, principalmente, como é representado o nosso passado escravista, e quais as conseqüências de tais interpretações para os jovens estudantes que tem acesso estes recursos.

É através da pesquisa das fontes guardadas nos acervos locais e da análise crítica dos livros didáticos utilizados nas escolas do entorno da UFRuralRJ, que estamos buscando construir novos materiais didáticos, cujo objetivo é mostra as particularidades das relações escravistas na região da baixada Iguaçuana.

Em um ano de atividades, a equipe do programa de educação tutorial conseguiu fotodigitalizar 54 registros paroquiais correspondentes a Antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí. Após esta primeira etapa, estamos transcrevendo a documentação digitalizada, e passando as informações existentes para um banco de dados no excell.

Laboratório de Acervo

Levantamento e catalogação do acervo da Cúria de Itaguaí.

Tipos	Quantidade de livros fotodigitalizados
Óbito de pessoas livres	7
Batismo de livres	21
Óbitos de escravos	4
Casamentos	9
Conta Corrente	2
Batismos de escravos	7
Termos de entrada dos irmãos	3
Assentos avulsos	1
Total	54

A construção desta catalogação nos possibilitou o conhecimento do tipo de acervo, e os possíveis estudos a serem realizados com os mesmos. A partir da existência de uma maior quantidade de assentos de batismo de livres (21) do que de escravos (4), resolvemos

selecionar um livro de batismo de livres no período de 1870-1889, para ser examinado; e mapear a literatura especializada no significado do batismo na sociedade escravocrata e populações livres na sociedade escravista.

Considerações sobre a antiga vila de Itaguaí

A região de Itaguaí tem sua origem num aldeamento indígena organizado por padres jesuítas no início do século XVIII, por volta de 1718. Estas terras pertenciam anteriormente à Fazenda Real de Santa Cruz. No período colonial, Itaguaí fora um “satélite” desta fazenda, que também era administrada por jesuítas. Em 1759, temos a expulsão da Companhia de Jesus, e assim Itaguaí passou a estar subordinada aos administradores da Fazenda, integrada ao patrimônio da Coroa. No século XIX, época da expansão do café no Vale do Paraíba, Itaguaí consegue autonomia e sua elevação à condição de Vila após o alvará expedido por D. João VI, em 5 de julho de 1818, sendo instalada em 1820.¹

Segundo o dito alvará a aldeia de “Itaguahy” passara a ser denominada “Villa de São Francisco Xavier de Itaguahy”, sendo desmembrada do Termo da Freguesia de Mangaratiba e da Vila de Angra dos Reis a qual pertencia. Esta passou a compreender uma superfície total de 428,98 km² e ficou dividida em três freguesias: São Pedro e São Paulo do Ribeirão da Lajes (com 59,34 km², criada em 1836), Nossa Senhora da Conceição do Bananal (com 213,94 km², fundada em 1851) e a Vila São Francisco Xavier de Itaguaí (com 155,70 km²).²

A localização geográfica de Itaguaí foi muito valorizada no século XIX, pois se encontrava numa zona de passagem entre o interior montanhoso produtor de café e a corte. De Itaguaí saíam a estrada velha (dos Goitacazes) e nova (Catumby ou Presidente) que ligavam a cidade à região do Vale do Paraíba. Esta posição intermediária permitia que Itaguaí escoasse pelo seu porto a produção que vinha por aquelas estradas, destacou-se como uma das coletorias e portos por onde passava o café destinado à exportação, conseguindo o terceiro lugar em quantidade de arrobas – 421:102 entre 1848-1849, sendo superado apenas por Mangaratiba e Angra dos Reis.

1 SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “A freguesia”. In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio – Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de final de Curso. Seropédica: DLCS/ICHS/UFRRJ p. 20-26.

2 Idem p. 20.

Devido à dinâmica de exportação de café tem-se o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao comércio: hospedarias, padarias, carros de aluguel, açougue, ferreiros, sapateiros, alfaiates. Este desenvolvimento pode ser observado através do Almanaque Laemmert, no qual constatamos a presença de negociantes na Vila de Itaguaí.

Tabela 1
Atividade Comercial em Itaguaí (1848-1885)
(Números Absolutos)

	Anos							
Negociantes	1848	1850	1860	1865	1870	1875	1880	1885
	6	21	29	14	15	32	33	17

Fonte: Almanaque Laemmert. In: SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “A freguesia”. In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio – Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de final de Curso. Seropédica: DLCS/ICHS/UFRRJ p. 21.

Mesmo o comércio representando uma importante atividade econômica para a Vila de Itaguaí – já que foi uma “vila entreposto” – a atividade de maior peso para a economia era a agrícola. Segundo Ruiz³, até meados do século XIX, a produção agrícola de Itaguaí estava voltada para a produção de gêneros alimentícios para abastecimentos da cidade do Rio de Janeiro, mas no final da década de 1820, o café se tornara a base econômica do município. A tabela 2 nos revela a mudança do perfil agrícola a partir de 1874, passando a ter a combinação da produção de café com a de cereais.

Tabela 2
Proprietários envolvidos em atividades agrícolas Itaguaí (1848-1885)
(Números Absolutos)

Ano	Fazendeiros de Café	Fazendeiros de Café e Cereais	Fazendiros de Cana
1848	-	-	-
1850	18	-	8
1851	40	-	4
1855	72	-	7
1860	57	-	7
1865	43	-	7
1870	64	-	21
1874	-	55	-
1880	-	49	-

3 RUIZ, Ricardo Muniz de. *Apud* SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio – Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de final de Curso. Seropédica: DLCS/ICHS/UFRRJ p. 21.

1885	-	44	-
------	---	----	---

Fonte: SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “A freguesia”. In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio – Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de final de Curso. UFRRJ p. 22.

A natureza da documentação estudada

Nesta parte mostraremos a origem dos assentos eclesiásticos, enfatizando a natureza da documentação que está sendo analisada, especificando as informações presentes na documentação.

A autora Maria Luiza Marcílio, no artigo “*Os registros paroquiais e a História do Brasil.*” revela que a reforma protestante, iniciada no século XVI, proporcionou o surgimento de novas igrejas cristãs, e assim a quebra da hegemonia da igreja católica. A partir deste momento histórico, a igreja católica romana passou a ter uma preocupação maior na identificação e no controle do outro: o herege. Para tal, ampliam-se os registros individuais dos católicos.⁴

A autora atenta que a prática de registrar os sacramentos: de batismos e de matrimônio não era uma novidade, já que existem tais registros no século XII. O Concílio de Trento, apenas, tornou tal prática universal e obrigatória para todos os católicos.

O Concílio de Trento (1545-1563) definiu que cada Cúria passaria a ser responsável pelos assentos batismo e matrimônio celebrado em uma paróquia. Devido a abusos, como por exemplo, a bigamia, a Igreja Católica resolveu registrar os óbitos.

Este Concílio deliberou que as atas de batismo deveriam conter os seguintes dados: data do batismo, nome completo do batizando, sua filiação, local de residência de seus pais ou responsáveis, nome de pelo menos um padrinho (melhor são dois) e o vigário que era o responsável pela guarda e conservação, em arquivo na paróquia. Os casos especiais também deveriam ser mencionados, como por exemplo, batismos de crianças legítimas: crianças ilegítimas, pais incógnitos, criança exposta (abandonada), menção de onde estava sendo criada, se escrava, criança adúltera, criança sacrílega.

Além disto, também temos a padronização das atas de registros de matrimônio: data do casamento, o nome de cada conjugue e filiação, residência, naturalidade, nome dos padrinhos (com residências e naturalidades e assinatura do sacerdote).

No Brasil, os registros seguem as determinações de Portugal até 1707, quando temos a Constituição primeira do Arcebispado da Bahia, mas ressalta que “as regras e as formas não

⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. “Os registros paroquiais e a História do Brasil.” In: *Varia História*, nº31, Janeiro, 2004.

se modificaram; seguiam sempre as determinações de Trento.”. Nesse sentido, destaca a importância destes registros na sociedade brasileira durante todo o período colonial e imperial, revelando que

o estatuto do padroado régio no Brasil até pelo menos a Constituição republicana, de 1981 (quando foram separados, o estado da Igreja) deu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente no segundo reinado e dos índios e africanos pagãos, ainda não batizados) (MARCÍLIO, 2004, 16)

A importância do batismo para a religião católica

No mundo católico a hierarquização é fundamental, o homem católico não consegue “conceber o universo como um caos”, o mundo é “dotado de inteligibilidade sacralizante, e qualitativamente diferenciada”. Este tem como características principais, a classificação das coisas reais ou ideais, e a distinção de dois gêneros: sagrado e profano.⁵

É através do ritual que o homem se relaciona com o divino. Estes são estabelecidos seguindo regras criadas por uma autoridade reconhecida pela coletividade ou pela comunhão de fiéis.

O homem que adere à vivência religiosa deseja passar o maior tempo possível numa vivência sacralizada, a passagem do indivíduo do mundo profano para o mundo religioso implica numa verdadeira metamorfose, cabendo aos ritos iniciáticos a apresentação do neófito ao universo religioso. Nas sociedades cristãs da Idade Moderna “o batismo, além de ser o rito de iniciação à vida religiosa, constituía também numa forma de reconhecimento social, num período de mútua ingerência entre estado e a religião.”⁶

Pelas Sagradas Escrituras, o batizado envolve a família inteira, inclusive as crianças, e neste caso entende-se, aos jovens que não chegaram “à idade da discipulação, ou seja, os sete anos de idade.”⁷ As crianças que morrem sem batismo não conseguem chegar ao reino dos céus, devendo ficar no limbo, local de sofrimento, sem possibilidade de recuperação.

O batismo de criança foi algo alvo de críticas. A questão pelagiana, no século V, negava a existência do pecado original, e assim o pecado original restringia-se aos adultos. Na

5 FRANCO, Renato & CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Notas sobre os significados religiosos do Batismo”. In: *Varia História.*, nº31, Janeiro, 2004.p. 21-40.

6 Idem.Op. cit. pp. 26.

7 Idem, p. 31

perspectiva cristã, os pais, os padrinhos, quando cristãos, são fundamentais para o apoio ao novo cristão. Desta forma, o catolicismo reafirma a natureza agregativa, comunal da sociedade religiosa, em detrimento da vida guiada apenas pela fé e pela predestinação. Batizar o infante não reduz a liberdade, mas o contrário dá condições para que este possa viver.

“O batismo é um nascimento espiritual”, assim qualquer cristão que esteja disposto a zelar pela conduta da afilhado. No sacramento, os padrinhos possuem tutela espiritual do neófito e o compromisso de fazer crescer a fé cristã. Nas *Constituições Primeiras* os padrinhos deveriam ser escolhidos pelos pais, pelos tutores ou em caso do batizado ser adulto poderia escolher os padrinhos, desde que estes não fossem menores de 14 anos para padrinho e 12 anos para madrinha.

Pelas *Constituições Primeiras*, os paracos devem ensinar aos seus fregueses, e em especial, as parteiras, como administrar o sacramento em caso de necessidade, contribuindo para os batismos realizados em casa.

Se as crianças fossem filhas de infiéis, mesmo sem o consentimento dos pais, poderia ser iniciada e com a idade de discipulação deveria ser separada dos pais para que não se desviasse da fé católica.

Os nascidos de pais infiéis devem passar por uma educação antes de serem iniciados. O intervalo entre a catequese e a cerimônia não traz o risco da condenação eterna, já que existe a possibilidade do indivíduo querer o sacramento e se arrepender de seus pecados. O sacramento é restrito aos indivíduos que não possuem a sanidade, como loucos, dementes e os maiores de sete anos desprovidos da razão. ’

Estudos sobre família e populações livres na sociedade escravocrata.

Nas décadas de 1970-80, os estudos sobre demografia da escravidão⁸ se acentuaram, e estes tiveram, em sua maioria, destinados a família escrava, havendo pouco investimento nas famílias de forros e seus descendentes. É necessário ressaltar que pesquisas sobre relações

⁸ O autor Stuart Schwartz revela que certos pesquisadores da demografia da escravidão, a partir da década de 1980, passaram a investir num novo tema: as famílias escravas. Para Schwartz, isto é influência de pesquisas norte-americanas, como a obra de Hebert Gutman: *The Black Family in the Slavery and Freedom*. Ver: SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. pp. 34-35.

familiares entre cativos representam um avanço para a pesquisa histórica, uma vez que, a historiografia anterior⁹ nem considerava a possibilidade da existência de famílias escravas.

Na perspectiva de Manolo Florentino¹⁰, a historiografia tradicional, de tendência econômico-marxista, considerava o escravo uma coisa-mercadoria, uma vez que privilegiava apenas a natureza das economias escravocratas, e o papel do patriarcado¹¹.

A formação de famílias escravas era descartada dos estudos, uma vez que os cativos eram vistos como incapazes de constituírem relações sociais estáveis. Na explicação de Jacob Gorender¹², a empresa escravista privilegiava o sexo masculino e a idade adulta. As duras jornadas de trabalho dificultam a procriação dos cativos, e aumentavam as taxas de mortalidade, agravada pelos altos índices de desequilíbrio entre os sexos, comprometendo totalmente a reprodução endógena.

Desta forma, a historiografia considerava os escravos como meros instrumentos nas mãos dos seus senhores, só lhes restando algum grau de autonomia, quando se revoltavam e (ou) se refugiavam em algum quilombo.

Na década de 1980, estudos apresentaram novas perspectivas em relação à vida no cativo, bem como em relação ao próprio sistema escravista¹³. Embora não se negue a violência da escravidão, nem seu aspecto econômico, esses estudos – utilizando-se de novas fontes, tais como, registros paroquiais, documentação judicial, inventários *pós-mortem* etc – mostram as estratégias de atuação dos cativos, suas formas de resistência, de modo a perceber

⁹ Nas décadas de 1950-60, temos o surgimento um grupo de acadêmicos que ficaram conhecidos como Escola Paulista, críticos a Gilberto Freyre, e que estavam pouco “preocupados com o fenômeno da escravidão em si, mas sim na repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira e, em alguns casos, no sistema subsequente de relações raciais”(SCHWARTZ, 2001, p. 25-26). O autor menciona estudos regionais pormenorizados que são grandes referências da Escola Paulista nesta época: CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses de escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: UCITEC, 1962; COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1966; FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

¹⁰ FLORENTINO, Manolo. “Da guerra e da paz entre os escravos.”. In: *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p. 27.

¹¹ Nesse sentido temos Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, como o grande marco dessa corrente; embora seja inegável sua importância para inovação da interpretação histórica do Brasil.

¹² GORENDER, Jacob *apud* FLORENTINO, Manolo. *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 28-29.

¹³ Schwartz menciona a importância do trabalho dos historiadores Manolo Florentino e João Fragoso, publicado num número especial de *Estudos Econômicos* (v.17:2 1987), pois estes indicavam a complexidade da questão da família escrava. Atentavam que os estudos sobre a família brasileira deveriam ir além dos modelos europeus de família. Como referência cita: GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. “Cleansing Original Sin: Godparentage and the Baptism of Slaves in Eighteenth Century Bahia”. IN: SMITH, Raymond T. (Ed.). *Kiship ideology and Practice in Latin America*. Chapel Hill, N.C: University of North Carolina Press, 1984, sobre compadrio, e GOLDSCHMIDT, Eliana. “A motivação matrimonial nos casamentos mistos de escravos.”. *Revista da SBPH*, e, p. 1-16, 1986-87.

que estes não eram completamente submissos; sendo freqüentes a formação de unidades familiares, e a construção por estes, de redes de solidariedade.¹⁴

Sobre a questão do uso de novos documentos para ampliação dos conhecimentos sobre a experiência no cativeiro, é importante destacarmos, a forma como alguns pesquisadores se utilizaram dos assentos de batismo, e investigaram o significado das relações de compadrio.

Conforme verificamos acima, o batismo era uma forma de socialização importante para o universo cristão, este representava um “laço fraternal que permitia a um homem pobre dirigir-se ao outro superior com uma espécie de afetuosidade familiar...”¹⁵, e os padrinhos deveriam ser os pais “suplementares” de seus afilhados. Nesta perspectiva, conseguimos compreender quais os grupos da sociedade que poderiam assumir esta função tão importante: o apadrinhamento.

Existem estudos, direcionados a família escrava, que analisaram registros de batismo, e verificaram que inexistem menções a padrinhos que sejam senhores de escravos. A monografia de Kelen Fernandes Silva, sobre as relações de compadrio na região de Itaguaí, no período de 1848-1855, mostra que não existem casos de senhores que sejam padrinhos de seus escravos. Silva apresenta outras pesquisas, que encontraram este mesmo resultado, com Tânia Maria Salgado Pimenta, que examinou as freguesias de São José e Campo Grande, ambas da província do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, também não assinala senhores apadrinhando seus escravos; Gudeman e Schwartz, ao analisarem o Recôncavo Baiano no século XVIII, tiveram o mesmo resultado, e Ana Maria Lugão, em pesquisa no Paraíba do Sul, também província do Rio de Janeiro, em meados dos oitocentos, demonstra as mesmas conclusões.

Nas relações de compadrio é importante averiguáramos as condições jurídicas dos padrinhos (se eram livres, escravos ou libertos), pois segundo Schwartz, Mattoso e Kjerfve & Brugger¹⁶ os padrinhos poderiam utilizar instrumentalmente o compadrio escolhendo como pais espirituais pessoas que lhes poderiam proporcionar alguma vantagem ou privilégio futuros. Assim os interesses materiais poderiam valer mais do que laços afetivos, e a escolha por padrinhos livres teriam mais chances de proporcionar algum tipo de benefício do que a escolha de um outro escravo para o compadrio.

¹⁴ Cf. SCHWARTZ, Stuart. B..*Op. cit.* Cap. 1

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos (engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835)*. Tradução de Laura Teixeira Moura. São Paulo: Cia das Letras/CNPQ, 1988. p. 331.

¹⁶ Schwartz *op.cit.* p.331; Mattoso, *op.cit.* p. 131-34; Kjerfve & Brugger, *op. cit.* p. 230.

A historiografia recente vem dando destaque as famílias de livres, muita das vezes descendentes de escravos alforriados, que passaram a constituir a camada livre e pobre da sociedade escravista.

O historiador Roberto Guedes Ferreira alerta que os clássicos da historiografia¹⁷, não se dedicaram a analisar a mobilidade social de forros e seus descendentes, sendo estes caracterizados como *vadios, marginais e desclassificados*, ou seja, indivíduos advindos do cativeiro, tidos como libertos, viveriam a margem da sociedade, sendo incapazes de se inserir na sociedade escravista, marcada pela dicotomia senhor/escravo. Ferreira buscou compreender como era possível a ascensão social entre os egressos do cativeiro, numa área rural, a Antiga Vila de Porto Feliz, apesar de a mobilidade social ser restrita, e da predominância do trabalho escravo.

Em sua pesquisa, Ferreira menciona que existiam diversas estratégias de mobilidade que reuniam “o trabalho, a estabilidade familiar e a inserção em redes de sociabilidade, notadamente em relações pessoais, entre seus pares e principalmente entre as elites.” (FERREIRA, 2005, p. II)

Outra questão que está sendo revista pelos historiadores é o patriarcado. Segundo Hebe Maria Matos de Castro¹⁸, a inexistência de estudos sobre famílias de escravos e livres se deu, principalmente, pela interpretação que associava de forma direta a família patriarcal e a família extensa, “entendida como morada comum de mais de uma geração da mesma família e seus agregados” (CASTRO, 1995,61), havendo a predominância de família numerosa, em oposição a famílias nucleares.

A autora revela que para Ronaldo Vainfas, o conceito de família patriarcal iria além da concepção de família extensa,

Forma específica de organização de poder e das funções familiares dentro dos grupos da elite. Iria além da concepção de escravos e dependentes livres construiriam sua identidade familiar em relação à “casa grande”. Estes seriam incapazes de formar e reproduzir culturalmente suas próprias famílias.(CASTRO, 2005, p. 61)

17 O historiador Roberto Guedes Ferreira menciona como representantes desta vertente os seguintes autores: FERNANDES, Florestan.. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 2 vols.1978; FRANCO, Maria S. Carvalho. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp., 4a Edição; Caio Prado Júnior (1983: 281, 200-201), SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

18 CASTRO, Hebe Maria Mattos Gomes de. “Laços de família”. In: *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 61-77.

Diante desta formulação teórica, temos a eliminação da família escrava ou dos dependentes livres como objetos de estudo, já que estes são absorvidos pela “família patriarcal”. Se opondo a isto, Castro aponta que pesquisas demográficas têm apontado para a existência de inúmeras famílias nucleares ou matrifocais, em diferentes partes do Brasil.

Em sua pesquisa, Castro enfatiza questões importantes como o significado da liberdade, contestando a concepção clássica, na qual a liberdade está só é permitida às elites. Ao investigar o significado da liberdade para as populações pobres e livres do sudeste escravista, a autora se propõe a analisar a “influência das ações e motivações humanas na história, bem como de seus limites e condicionamentos.”(Castro, 1992, p. 15)

Para compreender o comportamento de tais agentes sociais recorre a proposta metodológica do autor Geovani Levi¹⁹

(...) Assim, toda ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. (...) (p. 16)

(...) Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais (...). (Levi apud Castro, 1995,17)

As últimas décadas da escravidão se constituem para a autora um período importante, pois possibilita discutir a dicotomia senhor/escravo, já que este é neste momento que temos uma “profunda mudança dos referenciais culturais, que até então norteavam a as relações econômicas, a convivência social e as relações de poder, nas Áreas escravistas da América” (Castro, 1995, p. 16)

A autora revela que no sudeste escravista existiam processos que poderiam gerar homens livres, como o empobrecimento e a carta de alforria, sendo assim o surgimento de indivíduos despossuídos não se constituíam em uma anômia social, mas em uma circunstância comum.

O processo de desenraizamento era algo inevitável, e assim as relações sociais tinham papéis estruturais importantes. Nesse sentido, o acesso as relações familiares eram de extrema relevância, não podendo ser considerado como um dado natural. Para a autora, estabelecer relações com uma família na região garantia ao migrante, ao despossuído, a possibilidade de reingressar a sociedade, retirando o sentido provisório, e o estabelecendo na terra, uma pré-

¹⁹ LEVI, Giovanni *apud* CASTRO, Hebe Maria Mattos Gomes de. “Introdução”. In: *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 61-77.

condição para uma produção independente.

Castro entende que a concepção da liberdade deve ser analisada com cautela, pois ele está intimamente ligado a diversidade regional da sociedade escravista durante o século XIX, podendo ter significados comuns, como também, particularidades fundamentais. No caso da região do sudeste escravista, nas últimas décadas da escravidão, a experiência da liberdade para estes homens livres está intimamente ligada à “mobilidade espacial, a família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares.”

Considerações finais

A análise dos assentos de batismo de livres da antiga Vila de Itaguaí, nas últimas décadas da escravidão, ainda está em fase inicial, mas as leituras nos possibilitaram uma maior compreensão do significado do batismo para a sociedade católica, e principalmente, a relevância dos laços constituídos através de tal sacramento. Constatamos que ao contrário do que a interpretação tradicional afirmava, na qual escravos e libertos estariam impossibilitados de constituir família, os laços familiares eram fundamentais para estas categoriais sociais, sendo um meio de inserção destes na sociedade, mesmo sendo esta desigual e restrita.

Os estudos trouxeram questões importantes sobre a população livre, como por exemplo, quais os padrinhos escolhidos por tais indivíduos livres? Qual a importância destes padrinhos para a sociedade existente? Poderiam estes padrinhos fortalecer os vínculos entre os livres de origem mais humilde com outra camada social? É a partir destas interrogações que a pesquisa está sendo desenvolvida, e seus resultados pretende-se ampliar a compreensão do passado escravista da região, e difundi-lo através de materiais didáticos, a jovens de ensino fundamental e médio, do entrono da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Bibliografia

CASTRO, Hebe Maria Mattos Gomes de. “Laços de família”. In: *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 61-77.

FRANCO, Renato & CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Notas sobre os significados religiosos do Batismo”. In: *Varia História.*, nº31, Janeiro, 2004.p. 21-40.

FLORENTINO, Manolo. *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUDEMAN, Stephen, SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasileiro, 1988.p. 33-59.

KJERVE, Tânia Maria Gomes N. & BRUGGER, Silva Maria Jardim. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas. Campos, 1754-1766”. In: *Estudos Afro-Asiáticos* 20. Rio de Janeiro: CEEA, julho de 1991.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “Os registros paroquiais e a História do Brasil.” In: *Varia História*, nº31, Janeiro, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Os santos óleos: O compadrio entre os escravos e suas relações parentais em duas freguesias da Corte, na Segunda Metade do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ. Instituto Filosofia e Ciências Sociais, 1994.

Rios, Ana Maria Lugão. “Família e compadrio entre escravos nas fazendas de café: Paraíba do Sul. 1871-1888”. In: *Estudos sobre Escravidão II. Niterói: Cadernos do ICHF*, nº23, p. 104-28. agosto de 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos (engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835)*. Tradução de Laura Teixeira Moura. São Paulo: Cia das Letras/CNPQ, 1988. p. 331.

_____ “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. pp. 21-88.

SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “A freguesia”. In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio – Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de final de Curso. Seropédica: DLCS/ICHS/UFRRJ p. 20-26.